

EDUCAÇÃO COMO PROCESSO TRANSFORMADOR PARA O ALCANCE DA SUSTENTABILIDADE

EDUCATION AS A TRANSFORMER PROCESS TO ACHIEVE SUSTAINABILITY

Ester Dorcas Ferreira dos Anjos¹

Denise Schmitt Siqueira Garcia²

Resumo: A presente pesquisa tem como objeto de análise a educação como processo transformador para o alcance da sustentabilidade. O propósito fundamental desta investigação é demonstrar a importância da educação para a conscientização ambiental, que tem por finalidade o alcance da sustentabilidade. Sendo assim, a pesquisa se inicia com uma abordagem sobre a sustentabilidade, discorrendo sobre sua origem, conceito e suas principais dimensões, ou seja, a social, econômica e ambiental. Procura trazer à compreensão a educação como um sistema de valores sem o qual o homem não pode chegar ao desenvolvimento, bem como a educação ambiental como uma ferramenta, entre outras, a serviço do desenvolvimento sustentável. Ao final busca situar a sustentabilidade na educação, demonstrando que sem essa aquela não se efetivará. A educação, portanto, é abordada como o único processo, capaz de transformar a humanidade e em consequência regenerar o planeta Terra, que ela ao longo dos anos vem sendo degradado.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Educação; Direito Ambiental.

Abstract: This research has as object of analysis the education as a transformer process to achieve sustainability. The main purpose of this research is to demonstrate the importance of education for environmental awareness, which purpose is the achievement of sustainability. Thus, the search begins with a sustainability approach, discussing its origins, concept and its main dimensions, that is, the social, economic and environmental. It seeks to bring to understanding the education as a system of values without which the human being cannot reach the development as well as, among others, the environmental education as a tool in the service of the sustainable development. In the end, the research links the sustainability with education, demonstrating that without education, there will be no sustainability. Education, therefore, is addressed as the unique process able to transform humanity and therefore regenerate the Earth planet that, over the years, has been being degraded.

¹Mestranda do Curso de Pós graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí. Estudante pesquisadora do grupo de pesquisa “Estado, Direito Ambiental, Sustentabilidade”, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

² Doutora pela Universidade de Alicante na Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI – PPCJ. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Alicante – Espanha. Mestre em Ciência Jurídica. Especialista em Direito Processual Civil. Membro do grupo de pesquisa “Estado, Direito Ambiental, Transnacionalidade”. Pesquisadora do projeto de pesquisa aprovado no CNPq intitulado: “Possibilidades e limites da avaliação ambiental estratégica no Brasil e impacto na gestão ambiental portuária”. Advogada. denisegarcia@univali.br

Keywords: Sustainability; Education; Environmental Law

INTRODUÇÃO

É fato que o planeta Terra está em desequilíbrio e que enfrentaremos momentos de incertezas e prováveis catástrofes, tendo como causa a destruição e comprometimento de ecossistemas.

Sabedores dos destinos da Terra, diversas nações preocupadas, se movimentam e articulam encontros, congressos e conferências levando à humanidade o conhecimento da realidade, apontando sugestões, propostas e acordos.

A sustentabilidade, como assunto de pauta, tornou-se um grande desafio, diante do atual modo de produção e de consumo e do crescimento pelo crescimento, pressionadores dos recursos naturais, que refletem na perda da qualidade de vida.

O modelo de desenvolvimento que se apresenta compromete o desiderato da sustentabilidade, pois o ciclo que se faz por meio da produção, ou seja, consumismos, opulência e desperdício, que leva à degradação ambiental e via de consequência à perda da qualidade de vida.

O atual modelo de desenvolvimento na verdade, faz do ser humano um instrumento, que produz cada vez mais e a qualquer custo, para buscar rendimentos maiores e gastar em coisas que não tem necessidade, isto é, o homem escravo de si mesmo.

Reconhecendo então, que o homem, com o conhecimento até agora adquirido não encontrou respostas para evitar sua decadência no meio em que vive, um novo modelo de desenvolvimento deverá ser promovido, na busca de um redirecionamento de sua conduta e que o encaminhe na construção de um comportamento racionalmente sustentável.

Destarte, a educação ambiental assume um papel estratégico de transformação, para que haja uma mudança nos paradigmas de desenvolvimento, buscando a formação de novos valores, para a promoção da percepção humana em diversas direções.

Assim, o presente artigo tem como enfoque teórico a análise da educação como processo transformador para o alcance da sustentabilidade e tem como **objetivo geral** demonstrar a importância da educação para a conscientização ambiental, que tem por finalidade o alcance da sustentabilidade

Para o desenvolvimento do tema o presente artigo será dividido da seguinte forma: A primeira abordagem será quanto à sustentabilidade, sua origem e suas dimensões e na segunda será feita uma análise da ligação existente entre a sustentabilidade e a educação.

Os problemas norteadores da pesquisa são: Qual a relação existente entre a sustentabilidade e a educação? Faz-se necessária a educação ambiental para o alcance da sustentabilidade?

A metodologia utilizada foi o método indutivo com as técnicas do referente, da revisão bibliográfica, do fichamento e do conceito operacional.

1. BASES TEÓRICAS DA SUSTENTABILIDADE

Muito se ouve falar sobre sustentabilidade, seja como forma de uso das coisas materiais ou ainda de proceder, de ser e de viver.

Para conhecer um pouco sobre sustentabilidade, importa reconhecer a necessidade de abordar seu conceito e origem, além das dimensões que seu conteúdo atingiu.

Originariamente, sustentabilidade, advém de “sustentar” do latim “*sustentare*”, no mesmo sentido na língua portuguesa.

Conta Boff (2012, p. 32) que a palavra surgiu na Alemanha, em 1560, na Província da Saxônia, onde pela primeira vez, houve a preocupação “com o uso racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanente”, dando o nome alemão de *Nachhaltigkeit*, que significa “sustentabilidade”.

No entanto, somente em 1713, que a palavra tomou o significado que se tem hoje, quando Carlowitz escreveu um tratado, em latim, sobre a sustentabilidade das florestas³ com o título “*Silvicultura Oeconomica*”, propondo o uso sustentável da madeira. (BOFF, 2012, p. 32)

Dessa preocupação com as florestas, nasceu uma ciência chamada silvicultura, motivo pelo qual em 1970 se criou o Clube de Roma, cujo primeiro relatório foi sobre “Os limites do crescimento”, levando a ONU a ocupar-se do tema, diante da preocupação do meio científico sobre o assunto. (BOFF, 2012, p. 32)

Nessa época, mais precisamente em 1972, a ONU realizou a conferência de Estocolmo, resultando na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Mas, somente em 1984 a expressão “desenvolvimento sustentável” aparece na

³*Nachhaltigkeit*wirtschaften: organizar de forma sustentável

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que propunha uma agenda global para mudança, trazendo como resultado o relatório denominado Relatório *Brundland*.

Lançada pelos alertas ao meio ambiente, a sustentabilidade, propõe um desenvolvimento econômico e social respaldados na adoção desse conceito, restando consagrada a ideia na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, que previa “elaborar estratégias e medidas para deter a degradação ambiental, por meio de esforços nacionais e internacionais, e promover o “desenvolvimento sustentável” em escala planetária”. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 102)

Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 47) conceituam desenvolvimento sustentável “como elo entre a economia (num exemplo amplo, envolvendo também a dimensão social) e a ecologia, promovendo a reaproximação entre estes dois campos do saber”. Já o Relatório *Brundland* (ONU, 2013) o define como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações”, impondo com essa conceituação o respeito ao tema.

Contudo, dez anos após a conferência ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, apesar dos debates, o mundo continuava com as diferentes economias e do mesmo modo, sem conscientização sobre o tema sustentabilidade, requerendo um novo encontro que possibilitasse novos acordos, momento esse em que ocorreu a Rio +10 em 2002, onde, aponta Bodnar (2013) que:

Um conceito integral de sustentabilidade [...] surge [...], na Rio+10, realizada em Jonesburgo, quando restou consagrada, além da dimensão global, as perspectivas ecológica, social e econômica, como qualificadoras de qualquer projeto de desenvolvimento, bem como a certeza de que sem justiça social não é possível alcançar um meio ambiente sadio e equilibrado na sua perspectiva ampla.

Sustentabilidade, então, toma conotação direta com o modelo atual, implicando nos sentidos passivo e positivo, trazido por Boff (2012, p. 32) a saber:

O passivo diz que “sustenta”, segurar por baixo, suportar, servir de escora, impedir que caia, impedir a ruína e a queda.

No sentido positivo enfatiza o conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver, conservar-se sempre à mesma altura e conservar-se sempre bem.

Significa dizer, em termos ecológicos, não permitir que ecossistemas cheguem à ruína, criando “expedientes de sustentabilidade como plantar árvores na encosta da montanha, que servem de escora contra a erosão e os deslizamentos”, ou ainda sustentabilidade representa “os procedimentos que se tomam para permitir que um bioma se mantenha vivo,

protegido, alimentado de nutrientes a ponto de sempre se conservar bem e estar sempre à altura dos riscos que possam advir”. (BOFF, 2012, p. 32)

Sustentabilidade como se vê toma sentido complexo, apesar da maleabilidade do conceito, e isso porque a ideia abrange diversas dimensões do desenvolvimento, levando a dois conceitos dados por Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 47), a sustentabilidade forte que “tem como fundamento a constatação científica de que qualquer ação humana se dá no âmbito dos limites do Planeta, ou da biosfera, onde a humanidade habita. Isso inclui a vida social em geral e as atividades econômicas em particular” ou ainda a sustentabilidade fraca que “se refere ao equilíbrio entre as esferas, econômicas, social e ecológica”, que implica na “possibilidade de compatibilizar a dinâmica das atividades econômicas com a justiça social e o respeito às condições do mundo natural, de modo a que estas se mantenham no longo prazo”.

Nessa ordem de ideias, revela-se por via de consequência, que sustentabilidade somente pode ser concebida como um processo compreendido em três dimensões, a social, a econômica e a ambiental, que devem estar harmonizadas, para garantir um desenvolvimento sustentável.

Oportuna as considerações de Freitas (2012, p. 41), que numa perspectiva mais profunda insere “sustentabilidade” como princípio constitucional, onde elementos essenciais estão implantados, senão vejamos:

[...] trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambiente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

Consiste, desse modo, em assegurar para as presentes e futuras gerações, condições propícias ao bem-estar físico e psíquico, material e imaterial, sem empobrecer e inviabilizar o bem-estar no amanhã, próprio e alheio (FREITAS, 2012, p. 15; 42), ou ainda em uma definição integradora dada por Boff (2012, p. 32) sustentabilidade,

[...] é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

De forma precisa Ferrer (2013) conceitua sustentabilidade como,

[...] una noción positiva y altamente proactiva que supone la introducción de los cambios necesarios para que la sociedade planetaria, constituida por la Humanidad, sea capaz de perpetuarse indefinidamente en el tiempo. De hecho, podríamos decir que la sostenibilidad no es más que la materialización del instinto de supervivencia social, sin prejuizar, por supuesto, si debe o no haber desarrollo (crecimiento), ni donde sí o donde no.

Mas como viabilizar essa proposta, diante do crescimento ilimitado, onde a sociedade cultiva um crescimento pelo crescimento e um consumismo desenfreado, sem que os atores sociais tenham a consciência de que estamos, conforme exemplifica Boff (2012, p. 75) em uma casa pegando fogo, discutindo se permanecemos dentro dela, até os bombeiros chegarem ou se saímos para salvar a nossa vida; e pior, sem sabermos que a espera é em vão, eles jamais virão, pois não possuem combustível para seus caminhões, tampouco água.

A resposta está na conscientização para a sustentabilidade, que reclama, portanto, um amadurecimento da sociedade, um novo paradigma que modifique cultura, crenças e valores atuais, para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, demandando uma “interação sinérgica entre os aspectos sociais, ecológicos e econômicos do desenvolvimento” (BODNAR, 2013), ou seja, nos pilares em que a sustentabilidade se apóia.

1.1 Dimensões da sustentabilidade

Os pilares que amparam a “sustentabilidade” como princípio fundamental, estão contidos nas dimensões social, econômica e ambiental, que devem estar integradas, formando as políticas de desenvolvimento, devendo ser “construída e consolidada a partir do aporte científico de diversos campos do saber e deve integrar a base formativa de todas as teorias políticas, sociais, econômicas e jurídicas na atualidade”. (BODNAR, 2013)

A dimensão social consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, sendo também conhecida como capital humano. Ela está baseada na melhoria da qualidade de vida da sociedade através da redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria com o nivelamento do padrão de renda, o acesso à educação, à moradia, à alimentação. Estando, então, intimamente ligada à garantia dos Direitos sociais, previstos no artigo 6º da Carta Política Nacional e da dignidade da pessoa humana, princípio basilar da República Federativa do Brasil. (GARCIA, 2011, p. 2010-2015),

Abrange essa dimensão, no entender de Mendes (2009),

[...] a necessidade de recursos materiais e não-materiais, objetivando maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e condições da população, reduzindo-se o índice de GINI⁴, ampliando-se a homogeneidade social; possibilidade de um emprego que assegure qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Destarte, a dimensão social objetiva garantir a igualdade entre as pessoas, para que tenham iguais condições de vida, mas vida digna pautada em garantias e direitos fundamentais, de forma que as diferenças entre ricos e pobres sejam estreitadas.

A dimensão econômica por sua vez, segundo Sachs (2002, p. 71) busca um “desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional”.

Discorre Mendes (2009), sobre essa dimensão, explicando

[...] foi amplamente difundida na sociedade ocidental embora não sob a perspectiva da sustentabilidade e nem de desenvolvimento, pois a sustentabilidade econômica extrapola o acúmulo de riquezas, bem como o crescimento econômico e engloba a geração de trabalho de forma digna, possibilitando uma distribuição de renda, promovendo o desenvolvimento das potencialidades locais e da diversificação de setores. Ela é possibilitada por alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada com o objetivo de diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos.

A visão econômica da sustentabilidade para Freitas (2012, p. 66) revela que “o consumo e a produção precisam ser reestruturados completamente, numa alteração inescapável do estilo de vida”.

Numa abordagem econômica sustentável, o investimento educacional robusto (com bons gastos, em vez de mais gastos) amplia renda, numa equação custo benefício que depende para as externalidades altamente positivas, tornando-se prioridade das prioridades. Seguramente, como o abandono da pobreza liberta para alcançar voos maiores, nada mais sustentável do que investir naquilo que promove a emancipação econômica. (FREITAS, 2012, p. 66)

⁴ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. (http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23)

A sustentabilidade econômica em uma análise simplificada, busca um desenvolvimento econômico restrito e limitado, assim como o meio ambiente que não admite o que prega o capitalismo.

A sustentabilidade econômica somente será alcançada pela racionalização dos recursos naturais, todavia, o que verdadeiramente ocorre em nível planetário, nas palavras de Bodnar (2013)

O que infelizmente se constata na atual sociedade de risco é que o equilíbrio ecológico jamais será o mesmo no planeta, pois o mundo já atingiu os limites mais críticos e ameaçadores da sua trajetória. Estas ameaças decorrem do esgotamento dos recursos naturais não renováveis, da falta de distribuição equitativa dos bens ambientais, do crescimento exponencial da população, da pobreza em grande escala, do surgimento de novos processos tecnológicos excludentes propostos pelo modelo capitalista. Todos esses fatores contribuem com a consolidação de uma ética individualista e desinteressada com o outro, com o distante, com as futuras gerações e com um desenvolvimento justo e duradouro.

A partir da revolução industrial, da ideia de progresso ilimitado, o homem alçou melhores condições de vida e comodidades de toda ordem, no entanto, no atual momento, “tudo leva a crer que ele esgotou suas virtualidades e passou a ser dilacerador dos laços sociais e destrutivo das bases que sustentam a vida” (BOFF, 2012, p. 75), comprometendo sua morada, o planeta Terra.

Compromete-se a habilidade do planeta para as gerações atuais e futuras, estamos diante da dimensão ambiental da sustentabilidade, que alude exatamente a esses direitos, a um ambiente limpo.

E isso, porque, a degradação ambiental no parecer de Freitas (2012, p. 66) “pode no limite, inviabilizar a vida humana (e inviabilizou civilizações), incontornável se mostra o seu enfrentamento hábil e tempestivo, com ciência, prudência e tecnologia”, porque, “o que não faz o menor sentido é persistir na matriz comportamental da degradação e do poder neurótico sobre a natureza, não somente porque os recursos naturais são finitos, mas porque tal despautério faz milhões de vítimas no caminho”.

Não obstante, Boff (2012, p. 42) é categórico, quando menciona que cientistas, dos quais ele cita quatro, nos “tem dado alertas dramáticos sobre o que poderemos esperar caso não fizermos uma travessia bem-sucedida para o outro paradigma de habitar o planeta”, conforme prevê James Lovelock, autor da Teoria de Gaia, que “prevê para o final do século o desaparecimento de grande parte da humanidade”. (BOFF, 2012, p. 43)

Oportuna são as reflexões de Ferrer (2013):

Ahora bien, advierto, si se pressiona el botón todos tendrán el mismo nivel de vida pero entres, en seis, a lo sumo en doce meses, sus hijos – y conellosel resto de habitantes del Planeta- deberán prescindir abruptamente de la mayor parte de comodidades de que disfrutan. No habrá gasolina para los coches, se dispondrá, a lo sumo, de quince o veinte minutos a l día de energía eléctrica, no más vídeo consolas, se resentirá atrozmente las anidad, la alimentación será de subsistencia, nada de aviones, nada de aire acondicionado, poca calefacción, en definitiva, adiós al modelo de vida; y esosin contar en la posibilidad de que se haya acelerado irreversiblemente en cambio climático. El Planeta no puedes oportar nuestro nivel de consumo. Tras unos instantes de perplejidad y atendiendo a mi insistencia, muy pocos afirman que estarían dispuestos a apretarel botón ... claro que el botón no existe y, me parece, los presunta mente dispuestos a apretarlo no tienen hijos.

Deve se ter em conta, que estamos à beira de um colapso, importando modificações, como já dissemos, no paradigma da sustentabilidade, onde o tipo de desenvolvimento gerido seja socialmente justo, ambientalmente sadio e com cuidados especiais, proporcionados somente por meio de uma educação conscientizadora e transformadora.

2. EDUCAÇÃO

A educação trata-se de um “sistema de valores sem o qual o homem não pode chegar ao desenvolvimento” (REBOUL, 1983, p. 14), ou seja, deve ser aquela tomada como instrumento de libertação interior, onde o conhecimento da verdade trará ao indivíduo o discernimento para melhor avaliar e escolher.

No sentido etimológico da palavra educação, derivada do latim *educativo*, de *educare*, ligado a *educere*, verbo composto do prefixo "ex" (fora) + "ducere", significa tirar de dentro, ou seja, o conhecimento recebido é processado, gerando crescimento intelectual, capaz de transformar e amadurecer a humanidade.

Para Dewey (1979, p. 11), é óbvia a necessidade de ensinar e aprender para a continuação da existência social, pois os indivíduos se “mantém em contínua auto renovação e esta renovação se efetua por meio do crescimento educativo dos componentes imaturos dos grupos”, sendo a educação um processo de dirigir, de conduzir ou de elevar resultando em “uma atividade formadora ou modeladora – isto é, modela os seres na forma desejada de atividade social”.

Nessa perspectiva a educação é transmitida por um método que “consiste em provocar, pela ação do meio, que as impõe, determinadas reações ou respostas”, posto que, não se pode conceber que o desenvolvimento se transmita diretamente por convicções, emoções e conhecimentos. (DEWEY, 1979, p. 11)

Contudo, o caminho de libertação para o indivíduo, onde reside o objetivo da educação, é a clarificação da inteligência, que para Prado (1991, p. 32), se trata de uma “iluminação interior, um apuro da acuidade no discernir, que se vai adquirindo com buscas singulares, tudo que contribui para criar o que podemos chamar de mente formada, mente sensata”.

Na visão de Émile Durkheim (1978, p. 47) (1858-1917), teórico fundador da sociologia da educação, a educação é um fato social e assegura que:

A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios - sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento - que baliza a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.

Para a teoria durkheimiana, a educação é o instrumento em que o indivíduo pode se valer, para aperfeiçoar-se, criando um alicerce, que embasará a evolução de uma sociedade.

Essa teoria, observada por Lucena (2010, p. 295-305) se inspira em uma concepção de homem, onde a educação se torna uma poderosa ferramenta para a construção gradativa de uma moral coletiva, fundamental para a continuidade da sociedade capitalista, afirmando que a “influência das coisas sobre os homens é diversa daquela que provém dos próprios homens; e a ação dos membros de uma geração sobre os outros, difere da que os adultos exercem sobre as crianças e os adolescentes”, estando nessa máxima a denominação de educação dada por Durkheim.

A educação consiste em habituar os indivíduos a uma disciplina, a qual deve ter, e não pode deixar de ter, um caráter autoritário. Formar os indivíduos, tendo em vista a integração na sociedade, é torná-los conscientes das normas que devem orientar a conduta de cada um e do valor imanente e transcendente das coletividades que cada homem pertence ou deverá pertencer. A educação visa criar no homem um ser novo.

A par disso, “a educação ambiental torna-se uma ferramenta, entre outras, a serviço do desenvolvimento sustentável”, para tirar as vendas dos olhos, emancipando, conscientizando, para transformar o pensamento egoísta que está presente no homem.

3. SITUANDO A SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO

A humanidade que é constituída de cidadãos, aquele que está na condição de habitante de um Estado, ou ainda, “aquele que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” (HERKENHOFF, 2013), está no cerne da questão “educação ambiental”, pois depende do seu conhecimento para uma participação efetiva nas temáticas ambientais.

A preocupação com a Educação Ambiental não é recente, pois diversos documentos internacionais, a partir da Conferência de Estocolmo, reconheceram a importância do tema, na busca da qualidade ambiental.

A Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Tbilisi, 1977), é referência internacional para o desenvolvimento ambiental e propõe, conforme Dias (2013, p. 105),

Mediante a utilização dos avanços da ciência e da tecnologia, [...] desempenhar uma função capital com vistas a criar a consciência e a melhor compreensão dos problemas que afetam o meio ambiente. Essa educação há de fomentar a elaboração de comportamentos positivos de conduta com respeito ao meio ambiente e à utilização dos seus recursos pelas nações.

A Conferência de Tbilisi (BRASIL, 2013) decidiu que as finalidades, que iriam nortear a Educação Ambiental em todo o planeta, seriam:

- a. Ajudar a fazer compreender, claramente, a existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais;
- b. Proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;
- c. Induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente.

Pouco a pouco outros encontros internacionais foram acontecendo, reafirmando a Conferência de Tbilisi, dos quais se cita o Seminário sobre Educação Ambiental realizado (Costa Rica, 1979); Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais (Moscou, 1987); Seminário Latino-Americano de Educação Ambiental (Argentina, 1988); além de outros tantos encontros nacionais de expressivo conteúdo.

Uma Estratégia para o Futuro da Vida (UICN, Pnuma, WWF, 1991) foi lançado como a Nova Estratégia para o Futuro da Vida, por meio da publicação Cuidando do planeta Terra, com os objetivos trazidos por Dias (2013, p. 105), que encerram:

[...] melhorar as condições de vida no planeta através de definição de duas exigências fundamentais: primeira, é necessário assegurar um

amplo e profundo compromisso com uma nova [...] ética sustentável e traduzir na prática os seus princípios; segunda, integrar conservação e desenvolvimento – a conservação para limitar as nossas atitudes à capacidade da Terra, e o desenvolvimento para permitir que as pessoas possam levar vidas longas, saudáveis e plenas, em todos os lugares.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), basicamente reafirma as recomendações de Tbilisi, mas diferentemente, a Conferência de Thessaloniki (Tessalônica, Grécia, 1998) traz um documento denominado “Educação para um futuro sustentável”, observando que houve um desenvolvimento insuficiente em educação ambiental; reafirmando que para atingir a sustentabilidade requer-se um enorme esforço para que haja mudanças radicais de comportamento e estilo de vida, de padrões de produção e consumo, além de recomendar que as escolas devam ser estimuladas e apoiadas a ajustar seus currículos visando atender às necessidades para um futuro sustentável. (DIAS, 2013, p. 105)

Oportuno frisar, que o Brasil tem uma política nacional específica para a Educação Ambiental, que, aliás, é o único da América Latina, qual seja, A Política Nacional de Educação de Ambiental, Lei nº 9.795/99 que em seu art. 1º dispõe o conceito de educação ambiental como “os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Pois bem! Passados tantos anos o processo educativo e por via de consequência, a conscientização sobre questões ambientais, salvo engano, foram apoiadas em falácias, cada vez piores, como algumas citadas por Freitas (2012, p. 151) que assim diz:

[...] alguém pode ficar ancorado à noção de que a humanidade não corre perigo de extinção, por estar preso ao mito de que sempre é possível escapar dos perigos. [...] Outro exemplo: um país fixa um valor demasiadamente alto de renda *per capita*, somente a partir do qual começará a se preocupar com o ambiente. Fatalmente, à conta disso, perderá os trilhos do desenvolvimento limpo e das energias renováveis. É algo tão errado como alguém ficar ancorado, à fantasia de que, para conquistar o bem-estar, precisa de uma quantia financeira elevada, somente a partir do acúmulo da qual começaria a ser generoso, empático e solidário.

Ou ainda aquela que “consiste em imaginar que o consumo será sempre sinônimo de bem-estar, o que colide, às abertas, com a impossibilidade física de satisfazer impulsos corporais, indefinidamente”. (FREITAS, 2012, p. 138)

Destarte, envolvidos em conceitos falaciosos, a humanidade ainda não percebeu que o planeta está em colapso e é preciso tomar medidas para sanar todo dano causado aos ecossistemas. Lamentavelmente, ainda vigora uma inversão de valores, onde cada um busca o que é de seu interesse pessoal, com pensamento individual, alienado ao conjunto.

Notadamente, Dias (2013, p. 200) comenta que a Conferência de Thessaloniki nos idos 1998, “terminou formulando um apelo dramático às nações – seus governantes e seu povo, suas empresas e seu mercado, sua produção e seu consumo – para que reajam e busquem uma forma de vida menos cretina, danosa e vazia”.

De lá pra cá outros encontros internacionais ocorreram e o amadurecimento da espécie humana ainda é uma utopia, instalando-se no mundo uma crise argumentada por Luzzi (2005, p. 382), “que se manifesta em toda sua plenitude; nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas”.

Necessária uma reforma interna da humanidade, requerendo uma mudança urgente nos paradigmas, pois “que estamos numa situação muito semelhante ao início das sociedades industriais, quando saint-simonianos, fourieristas e owenistas profetizavam e tentavam antecipar inúmeros aspectos da modernidade” (VEIGA, 1993), ou seja, utópicas.

Nesse passo, a educação se mostra o melhor meio, senão o único, de “criar novas mentes e novos corações, capazes de fazer revolução paradigmática exigida pelo mundo de risco em que vivemos” (BOFF, 2012, p. 149), pois “a educação não muda o mundo, mas muda as pessoas que vão mudar o mundo”. (FREIRE, 2012, p. 149)

Para enfrentar os problemas Freitas (2012, p. 138) aponta um diagnóstico preliminar e seguro, visando alcançar a bandeira da sustentabilidade, ou seja, vários muros mentais terão de cair, até porque a cultura da insaciabilidade é autofágica.

Para sair dessa rotina insana, sem mergulhar no desespero ou na apatia, a sociedade do conhecimento terá de tornar uma sociedade do autoconhecimento, voltada, de um lado, à construção articulada do bem-estar universalizado e da homeostase social e, de outro, para fazer melhor uso possível da capacidade tipicamente de projetar e experimentar os fatos que ocorram, o que rende ensejo à não tropeçar e aprender com os erros sem precisar cometê-los. (FREITAS, 2012, p. 25)

Pertinentemente Luzzi (2005, p. 382) ressalta a importância de que cada indivíduo faça uma reflexão sobre si mesmo, “sobre a cultura, as crenças, os valores e conhecimento em que se baseia o comportamento cotidiano, assim como sobre o paradigma antropológico social que persiste nas ações, no qual a educação tem um enorme peso”.

Nesse sentido, a educação ambiental, dentre outros motivos, se justifica desde a infância, quando desde cedo, as crianças devem ser levadas a “experimentar na pele a natureza, conhecer a biodiversidade, saber a história daquelas paisagens, daquelas montanhas e daqueles rios” (BOFF, 2012, p. 153), sabendo valorizar a Terra como sua morada, com toda sua história, regiões, pessoas e suas manifestações.

Mais ainda, para aprender a lidar com o stress negativo, os distúrbios comportamentais, a perturbação emocional, fatores que levam ao individualismo e insatisfação. Vale dizer que “a educação sustentável é antes de tudo, o convite à reciclagem íntima, rumo à equidade intergeracional e à ataraxia dos antigos”, ela é recondicionante que “por meio de processos internos e externos que propiciem uma reformatação do estilo de vida, com o anelo de contribuir ao desenvolvimento integrado de todos aqueles que compõem a árvore darwiniana da vida”. (FREITAS, 2012, p. 169)

Cabe destacar que os princípios norteadores da educação que se sonha e futuramente se concretizará, seguramente será diferente dos dias atuais, pois os seres humanos, nas palavras de Boff (2012, p. 153),

[...] sentir-se-ão profundamente unidos à Mãe Terra, irmanados com todos os seres vivos, nossos parentes, preocupados com o cuidado por tudo que existe e vive e com uma consciência nova, a consciência planetária que nos faz perceber que vida, humanidade, Terra e universo formamos uma única, grande e complexa realidade.

E essa visão otimista é porque a educação ambiental tem, além de uma função transformadora, a fundamental de “desvelar os sentidos da realidade” abrindo um “campo de novas possibilidades de compreensão e auto-compreensão, no sentido do reposicionamento e compromisso dos sujeitos na problemática ambiental”. (LUZZI, 2005, p. 382)

Precisa a educação, segundo Freitas (2012, p. 151) “acentuar que, ao longo da vida, a educação, na escola e em todos os lugares, precisa servir a outro tipo de desenvolvimento, justamente aquele que resulta de a sociedade ter encontrado o bem-estar no presente sem fazê-lo às custas do bem-estar das gerações futuras”.

Essa é a máxima, que no contexto, a educação para a sustentabilidade, é condição *sinequa non*, para se atingir todos os objetivos dos documentos internacionais e nacionais, ou

seja, modificar o cenário de degradação socioambiental, de consumismo desenfreado, de economia visando números, que lamentavelmente até o presente momento estão no papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criar um mundo sustentável é um objetivo a ser atingido, pois estamos diante de um colapso, em que a nossa casa, chamado planeta Terra corre grande risco.

Muitos documentos internacionais e nacionais, que são manifestações daqueles que realmente se preocupam, estão à disposição das autoridades de todas as nações que participaram e participam desses eventos. No entanto, a maior preocupação dessas nações ainda está na economia, em cifras, em aquisições pessoais e se esquecem que a Terra é uma casa de passagem, outros estão por vir e é preciso deixar a casa em ordem para as futuras gerações, que por sinal serão seus descendentes.

Viver com sustentabilidade é segurar o planeta nas mãos, todos os dias, a cada ação, ou seja, no modo de viver de cada indivíduo, porque não se muda a humanidade, senão pela reforma mental de cada um.

Essa reforma mental, somente será alcançada com educação ambiental que deve ter como objetivo principal, considerar o meio ambiente em sua totalidade, seja social, econômico, político, ambiental. Deve estar então em sintonia com as realidades, em todas suas dimensões, para prover conhecimento, compreensão e percepção dos vários fatores do Meio Ambiente, complexidade, interação, evolução, adaptação, tendo uma visão holística, para mudar hábitos, posturas e comportamento, que sejam capazes de promover ações, que busquem melhorar a qualidade de vida.

Pretende a educação ambiental desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação para adquirir valores, mentalidades e atitudes, necessários para lidar com problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis.

A educação ambiental pode diminuir os riscos que ameaçam o planeta Terra, transformando-o em um mundo sustentável, em todos os níveis, seja ele local, nacional, regional ou global, mas é preciso ação.

Os diversos documentos internacionais que estão à disposição de todas as nações, podem e devem ser colocadas em prática, sob pena de sermos exterminados do planeta, pois conforme Freitas, autor citado no decorrer da pesquisa, adverte, “se o homem insistir em destruir o planeta, antes a espécie humana será extinta”.

REFERÊNCIAS

BODNAR, Zenildo. **A sustentabilidade por meio do direito e da jurisdição**. Disponível em:

<<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/viewFile/1885/1262>> Acesso em 25 ago. 2013.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Secretaria do Meio Ambiente**. Disponível em <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tbilisi.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2013.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia Ltda., 2013.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FERRER, Gabriel Real. **Sostenibilidad, transnacionalidad y transformaciones del Derecho**. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/18206209/1421855917/name/Sostenibilidad,+transnacionalidad+y+transformaciones+del+derecho.doc>> Acesso em 25 ago. 2013.

FREIRE, Paulo. In: BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira Garcia. **El principio de sostenibilidad y los puertos: a atividade portuária como garantidora da dimensão econômica e social do Princípio da sustentabilidade**. 2011. 451 f. Tese (Doctorado en Derecho Ambiental y Sostenibilidad de la Universidad de Alicante UA) – Universidade de Alicante, Espanha, 2011. p. 210-2015.

HERKENHOFF, João Baptista. **ABC da cidadania**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/abc/herkenhoff/capitulo1.htm>>. Acesso em 13 jul. 2013.

LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 40, p. 295-305, dez. 2010 - ISSN: 1676-2584, Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art18_40.pdf> Acesso em 09 jul. 2013.

LUZZI, Daniel. Educação ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.

_____. Educação ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005. p. 382. In: Leff, E. Pensar la complejidad ambiental. México: SigloXXI, 2000.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>> Acesso em 25 ago. 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório Brundland**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>> Acesso em 23 ago. 2013.

PRADO, Lourenço de Almeida. **Educação: ajudar a pensar, sim: conscientizar, não**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

REBOUL, Olivier. **Filosofia da educação**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VEIGA, Jose Eli da. **A insustentável utopia do desenvolvimento**. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil, organizado por Lena Lavinaset. *alli*. São Paulo: Hucitec&ANPUR, 1993. Disponível em <www.zeeli.pro.br/.../1993-a_A-insustentavel-utopia-do-desenvolvimento> Acesso em 20 ago. 2013.